ISSN: 2358-8829

DO LUTO À LUTA NAS RESSIGNIFICAÇÕES MATERNAS E NA CONSTRUÇÃO DE SABERES INCLUSIVOS PARA A CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Lamara Laís Marin Artuzi [1]
Lucas Moraes da Silva [2]
Aline Fernanda Ventura Sávio Leite [3]

INTRODUÇÃO

O diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) de um filho pode inaugurar, para as famílias, um período de intensas reorganizações subjetivas, afetivas e sociais. A literatura do campo aponta que o TEA é um transtorno complexo, cuja compreensão exige considerar não apenas aspectos clínicos, mas também dimensões subjetivas, familiares e sociais (Bosa, 2002, 2006; Schmidt, 2014). Nesse cenário, muitas mães vivenciam um luto simbólico: não a perda de uma pessoa, mas o rompimento das expectativas e dos projetos de futuro construídos para o filho, geralmente atravessado por sentimentos de negação, medo e incerteza.

Este trabalho apresenta o relato de experiência de uma mãe que, diante do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) de seu filho, vivenciou um processo de ressignificação do luto, construindo uma trajetória de aprendizagem, conscientização e defesa de direitos. Reconhece-se, contudo, que essa experiência é singular e foi atravessada por condições familiares, sociais e econômicas que possibilitaram o acesso a conhecimentos, profissionais especializados e recursos de acompanhamento, realidade que não corresponde à vivenciada por inúmeras famílias brasileiras.

Ao compartilhar essa trajetória, não se pretende apresentar um modelo de maternidade ou romantizar os desafios enfrentados, mas reconhecer os saberes produzidos na experiência e, sobretudo, sensibilizar para as desigualdades que ainda limitam o acesso aos direitos das pessoas autistas. Nesse sentido, o relato também constitui um chamado à reflexão sobre a importância de políticas públicas inclusivas que assegurem a todas as famílias, independentemente de suas condições socioeconômicas ou do território em que vivem, o acesso à saúde, à educação, ao acompanhamento especializado e às condições necessárias ao

[1] Pós-graduanda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis – PPGEdu UFR, lamara.marin@aluno.ufr.edu.br;
[2] Pós-graduando do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis – PPGEdu UFR, m.lucas@aluno.ufr.edu.br;
[3] Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal de Rondonópolis – UFR, aline.savio@ufr.edu.br.

desenvolvimento e à participação social. Afinal, aquilo que foi possível construir nesta trajetória não deveria representar um privilégio, mas um direito efetivamente garantido a todas as pessoas autistas e suas famílias.

O objetivo consiste em compreender como o luto do diagnóstico do TEA pode ser ressignificado em uma trajetória de luta e produção de conhecimentos, contribuindo para a conscientização social, a construção coletiva de saberes entre famílias e a defesa de políticas públicas inclusivas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida na modalidade de relato de experiência, fundamentada na educação inclusiva e no reconhecimento dos saberes construídos nas vivências maternas. A narrativa articula vivência e reflexão crítica, compreendendo o sujeito como produtor de saberes. No diálogo teórico, Mantoan (2003, 2015) contribui ao defender a inclusão como transformação das práticas e das relações sociais, e Lacerda (2011) e Lacerda, Santos e Martins (2016) ao enfatizar a mediação e as interações no desenvolvimento.

A compreensão das experiências maternas diante do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige reconhecer os processos emocionais e sociais que atravessam a maternidade. Neste estudo, a expressão *luto do diagnóstico* refere-se ao período de negação, recolhimento e reorganização emocional vivenciado por algumas mães, não como perda da criança, mas como reelaboração das expectativas socialmente construídas acerca da maternidade e do desenvolvimento infantil. Franco (2021) contribui para compreender a reconstrução de sentidos diante dessas experiências, enquanto Smeha e Cezar (2011) destacam a singularidade das trajetórias maternas e a importância das redes de apoio.

A passagem do luto à luta pode representar um movimento de ressignificação e produção de conhecimentos. Bondía (2002) reconhece o potencial formativo dos saberes construídos na experiência, enquanto Santos (2023), a partir de seu pensamento contracolonial, questiona a hierarquização dos conhecimentos. Em diálogo com essas perspectivas, Mantoan (2003, 2015) defende a inclusão como transformação das práticas e relações sociais. Assim, os saberes maternos podem contribuir para a conscientização sobre o TEA, o reconhecimento das diferenças e a defesa de direitos.

Nessa perspectiva, este relato constitui um convite a todas as mães atípicas para que conheçam esta trajetória, reconheçam o valor de suas próprias experiências e encontrem espaços para narrá-las, compartilhá-las e transformá-las em conhecimentos coletivos. Não se trata de apresentar uma experiência como modelo, mas de reconhecer a pluralidade das vivências maternas e sua relevância para a produção científica. Ao valorizar a autoria dessas mulheres e legitimar seus saberes, busca-se ampliar o diálogo entre experiência e ciência, contribuindo para a construção de pesquisas e políticas públicas inclusivas fundamentadas

também nas realidades, necessidades e conhecimentos das famílias. Que as experiências maternas não permaneçam restritas ao cotidiano familiar, mas sejam reconhecidas como fontes legítimas de conhecimento capazes de contribuir para a ciência e para a transformação social.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida na modalidade de relato de experiência, que toma a narrativa como forma de produção de conhecimento e compreende a autora como sujeito produtor de saberes. A vivência narrada é a da própria autora, mãe de uma criança com TEA, e abrange o período que vai da suspeita de um atraso no desenvolvimento da linguagem (2022) ao momento atual (2026), perpassando o diagnóstico (início de 2023) e os processos de busca por informação, tratamento e apoio que se seguiram.

O relato foi construído a partir das memórias de uma das pesquisadoras e de publicações por ela realizadas em uma rede social (Instagram), iniciadas após o diagnóstico do filho, com o propósito de compartilhar experiências e conhecimentos com outras mães. Esses registros foram utilizados como fontes de apoio à reconstrução da trajetória vivenciada entre 2022 e 2026. A análise compreendeu três movimentos: a reconstituição cronológica dos acontecimentos; a organização das experiências em seis categorias analíticas; e a interpretação crítica à luz dos referenciais teóricos, articulando vivências maternas e produção de conhecimentos. Não houve recrutamento de participantes nem realização de entrevistas com terceiros. Na elaboração do relato, foram adotados cuidados para preservar a privacidade da criança e das demais pessoas mencionadas, evitando a divulgação de nomes, imagens, instituições e informações diretamente identificadoras. Considerando que a narrativa envolve aspectos do desenvolvimento e do acompanhamento de uma criança, reconhece-se a necessidade de observar os cuidados éticos aplicáveis à exposição de informações pessoais e familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A trajetória narrada foi organizada em seis categorias analíticas, que seguem a ordem em que os acontecimentos foram vividos e são discutidas à luz do referencial teórico: (1) do estranhamento ao diagnóstico; (2) a busca por conhecimento e por rede de apoio; (3) a mediação das terapias e da escola; (4) tensões, sobrecargas e o retorno do luto; (5) a convivência entre os irmãos; e (6) da luta à produção de saberes.

ISSN: 2358-8829

Do estranhamento ao diagnóstico: negação e luto simbólico

Todo processo de diagnóstico tem algo em comum: uma suspeita de algo fora do esperado. Neste caso, tal fato surgiu em 2022, quando o filho caçula por volta dos dois anos, deixou de avançar na fala. A comparação com o irmão mais velho foi decisiva, pois tornou visível, a partir dos marcos do desenvolvimento, aquilo que destoava. Em um primeiro momento, a autora recorreu à ideia de que "cada criança tem seu tempo", na expectativa de um "milagre" que adiasse o confronto com a dificuldade. A negação funcionou, assim, como um mecanismo de defesa diante do medo, porém à medida que a dificuldade de linguagem se tornava mais evidente, a dúvida foi levada ao pediatra, em consulta de rotina, que sugeriu a investigação com um especialista. Após algumas consultas, o diagnóstico de TEA foi confirmado no início de 2023.

Os meses seguintes foram de medo, incerteza e luto, vivido em silêncio: o choro contido todas as noites para que os filhos não vissem. Trata-se de um luto simbólico, pois não decorre da morte de alguém, mas da perda do futuro imaginado para o filho e da necessidade de reorganizar expectativas. O silêncio em que foi vivido sugere que o sofrimento materno diante do diagnóstico nem sempre encontra espaço de acolhimento e que a mãe tende a guardá-lo como forma de proteger a própria família. Essa vivência dialoga com Bosa (2002, 2006) e Schmidt (2014), que apontam para a complexidade do transtorno e para a necessidade de uma compreensão ampliada, que considere aspectos subjetivos, familiares e sociais: o diagnóstico de uma criança alcança toda a dinâmica da família.

A busca por conhecimento e por rede de apoio

Cerca de dois meses após a confirmação do diagnóstico, iniciou-se, na trajetória materna que fundamenta este relato, um movimento de ressignificação do luto em luta. Esse processo foi marcado pela busca por conhecimentos sobre o autismo, por meio de pesquisas na internet, leituras de livros e acompanhamento de conteúdos produzidos por profissionais da área nas redes sociais. A necessidade de compreender o TEA e construir novos caminhos de acolhimento e cuidado impulsionou a participação em um curso on-line de Análise do Comportamento Aplicada (ABA), direcionado a pais e responsáveis. Em 2024, essa trajetória de aprendizagem foi ampliada com o ingresso em uma pós-graduação em Educação Inclusiva, com ênfase em autismo e deficiência intelectual.

A busca por atendimento especializado também evidenciou as desigualdades territoriais no acesso aos serviços destinados às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No município de pequeno porte em que a família residia, a oferta limitada de profissionais com formação específica e a ausência de determinadas especialidades motivaram a mudança para

outra cidade em busca de melhores condições de acompanhamento. Em 2025, essa trajetória foi marcada por uma nova mudança, desta vez para um município de maior porte, com uma rede mais ampla de profissionais e serviços especializados.

Essa experiência evidencia que a efetivação de direitos ainda pode estar condicionada ao território em que se vive e às possibilidades socioeconômicas das famílias para buscar atendimento em outros municípios. Tal realidade sinaliza a necessidade de ampliar e descentralizar os serviços especializados, assegurando também nos pequenos centros urbanos a presença de profissionais com formação específica, qualificada e continuada, capazes de oferecer acompanhamento fundamentado em conhecimentos científicos e práticas comprometidas com as singularidades das pessoas autistas.

Em diálogo com Mantoan (2003, 2015), compreende-se que a inclusão exige transformações institucionais e coletivas, não podendo transferir exclusivamente às famílias a responsabilidade pela superação das barreiras de acesso. Cabe destacar, ainda, uma questão relevante que, embora não constitua objeto de aprofundamento neste estudo, merece atenção em futuras investigações: “a mercantilização dos serviços e tratamentos destinados às pessoas autistas”, especialmente diante da ampliação da oferta privada de atendimentos e dos custos que podem comprometer o acesso equitativo aos acompanhamentos necessários.

Nesse cenário, a experiência relatada suscita reflexões sobre a responsabilidade do poder público na garantia de serviços acessíveis, qualificados e territorialmente distribuídos, de modo que o direito à saúde, à educação e à inclusão não dependa da capacidade financeira ou da possibilidade de deslocamento das famílias.

A mediação das terapias e da escola

Na nova cidade, a rotina passou a ser organizada entre os atendimentos terapêuticos no período matutino, com psicóloga, fisioterapeuta e fonoaudióloga, e a frequência escolar no período vespertino. Entretanto, as profissionais ainda possuíam conhecimentos limitados sobre a Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Diante dessa realidade, os conhecimentos construídos ao longo dos cursos e pesquisas realizados pela mãe, aliados ao diálogo com o médico responsável pelo acompanhamento da criança, motivaram a contratação de uma supervisora ABA experiente, que passou a orientar a equipe de maneira remota. Esse processo possibilitou a construção compartilhada de conhecimentos entre mãe, profissionais e supervisora, mediante a elaboração e a aplicação de programas individualizados, direcionados às necessidades de desenvolvimento da criança. Segundo as observações realizadas ao longo dessa experiência, foram identificados avanços na aquisição de habilidades pela criança durante o período de acompanhamento, concomitantemente à ampliação dos conhecimentos das

profissionais envolvidas, sem que seja possível atribuir esses resultados exclusivamente a uma intervenção específica.

Essa experiência chama a atenção para uma possibilidade ainda pouco conhecida por algumas famílias: a formação de mães, pais, avós, babás e outros cuidadores para participarem de intervenções planejadas e acompanhadas por profissionais qualificados. Estudos demonstram que intervenções mediadas por familiares devidamente orientados podem favorecer aspectos da comunicação, das interações sociais e do desenvolvimento de habilidades, ampliando as oportunidades de aprendizagem nas atividades cotidianas (Cheng et al., 2023). A Organização Mundial da Saúde (2022) também reconhece a importância da capacitação de cuidadores como estratégia de apoio ao desenvolvimento infantil. Nesse sentido, a contratação de uma supervisão especializada, associada à formação de pessoas que convivem diariamente com a criança, pode representar uma alternativa de ampliação do acompanhamento, especialmente diante das limitações financeiras que dificultam o acesso frequente aos serviços especializados. Contudo, essa possibilidade exige avaliação individualizada, planejamento e supervisão profissional, não significando a substituição indiscriminada dos atendimentos necessários.

Cabe destacar que, embora intervenções intensivas tenham sido historicamente recomendadas para crianças autistas, evidências recentes não demonstram que o simples aumento da carga horária produza, necessariamente, melhores resultados, sendo fundamental considerar a qualidade, os objetivos e a adequação das intervenções às necessidades individuais (Sandbank et al., 2024). Embora não seja propósito deste relato aprofundar essa discussão, a experiência apresentada abre espaço para futuras investigações sobre a formação de cuidadores, a supervisão especializada e a construção de alternativas economicamente acessíveis às famílias. Trata-se, sobretudo, de reconhecer que o conhecimento científico, quando compartilhado de maneira responsável, pode contribuir para ampliar possibilidades de cuidado, aprendizagem e desenvolvimento, sem transferir exclusivamente às famílias a responsabilidade pela garantia dos direitos das pessoas autistas.

A experiência evidencia a importância da construção compartilhada de conhecimentos entre família e profissionais, considerando a mediação e as interações nos processos educativos. Em diálogo com Lacerda (2011) e Lacerda, Santos e Martins (2016), cujas contribuições se situam no campo da educação de surdos, reconhece-se, por aproximação teórica, a relevância das relações e das condições de acessibilidade para a participação dos sujeitos. Ressalta-se que a escolha pela abordagem ABA ocorreu de maneira contextualizada, mediante orientação médica e supervisão profissional, não sendo apresentada como modelo único de intervenção.

ISSN: 2358-8829

Tensões, sobrecargas e o retorno do luto

Reconhecer a potência dessa trajetória não significa romantizar os desafios que a constituem. A rotina familiar foi, e continua sendo marcada pela organização dos atendimentos terapêuticos no período matutino, pelas demandas da escolarização no período vespertino, pelas mudanças de cidade e pela necessidade de conciliar essas responsabilidades com o desenvolvimento e as necessidades do filho mais velho. Nesse contexto, a mãe assumiu a articulação dos cuidados, dedicando-se aos estudos, ao diálogo com profissionais e ao acompanhamento das intervenções, enquanto o pai assumiu prioritariamente a responsabilidade pelo sustento financeiro da família. Essa organização, embora tenha possibilitado a continuidade dos acompanhamentos, também evidenciou as sobrecargas emocionais e os desafios econômicos envolvidos, considerando que os atendimentos nem sempre são integralmente custeados ou ressarcidos pelo plano de saúde, gerando despesas mensais significativas.

Em 2026, a identificação de um segundo diagnóstico, relacionado à comunicação e à motricidade, trouxe novos desafios e provocou o ressurgimento de sentimentos associados ao luto do diagnóstico. Mais uma vez, a necessidade de reorganizar expectativas e compreender as novas demandas do filho exigiu um movimento de recolhimento e reflexão. Entretanto, diferentemente da experiência inicial, esse momento foi atravessado pelos conhecimentos já construídos, pela confiança nos profissionais e pelo fortalecimento das relações familiares. Assim, a experiência evidenciou que a ressignificação não representa o desaparecimento das incertezas, mas a possibilidade de compreendê-las e enfrentá-las a partir de novos conhecimentos, vínculos e perspectivas. O luto do diagnóstico, nessa trajetória, não se apresenta como uma etapa definitivamente superada, mas como um processo subjetivo que pode ser retomado e ressignificado diante de novos acontecimentos, sem interromper a construção de saberes e a continuidade da luta pela inclusão.

A convivência entre os irmãos

No contexto das relações familiares, uma das preocupações maternas estava relacionada à maneira como o filho mais velho, neurotípico, compreenderia e vivenciaria as particularidades do desenvolvimento do irmão autista. O receio de que essa relação fosse atravessada por sentimentos de sobrecarga ou responsabilização excessiva motivou a busca por acompanhamento psicológico, realizado durante dois anos, com o propósito de favorecer a compreensão das diferenças, o acolhimento e a construção de vínculos fraternos saudáveis.

Ao longo dessa trajetória, tornou-se possível reconhecer que a convivência com as diferenças, quando fundamentada no diálogo, no respeito e no reconhecimento das

singularidades, contribui para a construção de relações familiares pautadas na empatia e na reciprocidade. A experiência evidenciou que a inclusão também se aprende e se constrói no cotidiano familiar, por meio das interações, do afeto e do reconhecimento do outro em sua singularidade. Atualmente, a relação entre os irmãos é marcada pela cumplicidade, pela amizade e pela admiração mútua: o mais velho celebra cada conquista do caçula, enquanto este encontra no irmão uma importante referência para suas descobertas, interações e aprendizagens.

Essa convivência demonstra que as diferenças não precisam representar barreiras à construção dos vínculos afetivos, mas podem constituir oportunidades de aprendizagem, respeito e fortalecimento das relações humanas**.** A dimensão relacional apresentada dialoga com a inclusão como transformação das relações sociais (Mantoan, 2003, 2015) e com o papel das interações no desenvolvimento (Lacerda, 2011; Lacerda; Santos; Martins, 2016): a convivência é, ao mesmo tempo, espaço de aprendizagem sobre a diferença para o mais velho e de interação que impulsiona o desenvolvimento do caçula. A inclusão, nesse sentido, começa nas relações cotidianas da família.

Da luta à produção de saberes

A partir do diagnóstico do filho e das experiências construídas ao longo dessa trajetória, emergiu o desejo de compartilhar vivências, inquietações, aprendizagens e conhecimentos com outras mães que enfrentavam desafios semelhantes. Esse movimento encontrou nas redes sociais um espaço de expressão, acolhimento e circulação de saberes, por meio do registro e do compartilhamento das experiências maternas. O incentivo da profissional de psicologia que acompanhava essa trajetória contribuiu para fortalecer a compreensão de que os conhecimentos produzidos no cotidiano familiar poderiam ultrapassar a dimensão individual e alcançar outras famílias. Nesse processo, o compartilhamento das experiências passou a constituir um espaço de construção coletiva de saberes entre mães, pais e responsáveis, fundamentado na escuta, no diálogo, na troca de experiências e no reconhecimento das diferentes formas de vivenciar a parentalidade no contexto do autismo. Dessa maneira, os conhecimentos não são transmitidos de forma unilateral, mas construídos e ressignificados coletivamente, a partir das vivências, dos desafios e das aprendizagens compartilhadas pelas famílias.

Esse percurso adquiriu uma nova dimensão com o ingresso, em 2026, no mestrado em Educação, por meio de uma pesquisa dedicada à compreensão dos processos educativos e dos saberes experienciais de familiares de pessoas autistas. A aproximação com a pesquisa acadêmica representa a continuidade de um movimento de ressignificação, no qual os conhecimentos construídos na experiência materna passam a dialogar criticamente com os referenciais científicos. Em consonância com Bondía (2002) e com o pensamento

contracolonial de Santos (2023), essa trajetória permite problematizar as hierarquias que historicamente estabelecem quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos e quem ocupa os espaços de produção científica. Assim, a passagem do luto à luta ultrapassa a dimensão individual e constitui um movimento de autoria, produção de conhecimentos e compromisso social, reafirmando que os saberes construídos pelas mães atípicas possuem relevância educativa e científica, podendo contribuir para a conscientização sobre o TEA, a construção coletiva de conhecimentos entre famílias e o fortalecimento de políticas e práticas sociais inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência possibilitou compreender como o luto vivenciado diante do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode ser ressignificado em uma trajetória de luta, aprendizagem e produção de conhecimentos. A experiência narrada evidencia que o luto do diagnóstico não representa a rejeição à criança ou à sua condição, mas um processo subjetivo de recolhimento, reorganização emocional e reconstrução das expectativas socialmente estabelecidas acerca da maternidade. Nesse percurso, a passagem do luto à luta não ocorreu de maneira linear, mas foi construída nas relações familiares, na busca por conhecimentos, no acompanhamento dos processos educativos e terapêuticos e no enfrentamento das barreiras sociais e institucionais.

Em 2026, diante de um novo diagnóstico relacionado à comunicação e à motricidade, sentimentos associados ao luto foram novamente vivenciados. Entretanto, os conhecimentos construídos, o fortalecimento das relações familiares e a rede de apoio possibilitaram compreender essa nova realidade a partir de outras perspectivas. Assim, o luto não se apresenta como uma etapa definitivamente superada, mas como uma experiência que pode ser reelaborada diante de novos acontecimentos.

Reconhecer a potência dessa trajetória, contudo, não significa romantizar os desafios que a constituem. A rotina familiar foi, e continua sendo marcada pela organização dos atendimentos terapêuticos, pelas demandas da escolarização, pelas mudanças de cidade e pela necessidade de conciliar essas responsabilidades com o desenvolvimento do filho mais velho. Nesse contexto, a mãe assumiu a articulação dos cuidados e o acompanhamento educacional e terapêutico, enquanto o pai se responsabilizou prioritariamente pelo sustento financeiro da família. Essa organização, embora tenha possibilitado a continuidade dos atendimentos,

também evidenciou os custos financeiros e emocionais envolvidos, especialmente diante das despesas com serviços especializados nem sempre integralmente cobertas pelo plano de saúde.

É necessário reconhecer, entretanto, que este relato apresenta a experiência singular de uma mãe que encontrou condições familiares e econômicas para dedicar-se diretamente ao acompanhamento do filho. Trata-se de uma possibilidade que não corresponde à realidade de inúmeras famílias brasileiras, especialmente daquelas que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica, residem em municípios com oferta insuficiente de profissionais especializados ou precisam conciliar extensas jornadas de trabalho com as demandas de cuidado. Nesse sentido, expressa-se solidariedade às mães, aos pais e aos responsáveis que enfrentam cotidianamente barreiras para assegurar os direitos de seus filhos.

A experiência aqui apresentada não pretende constituir um modelo de maternidade a ser seguido, ao contrário, o relato evidencia a urgência de políticas públicas inclusivas que assegurem o acesso equitativo à saúde, à educação e aos serviços especializados, independentemente das condições financeiras ou do território em que as famílias residem. A efetivação dos direitos previstos na Lei nº 12.764/2012 e na Lei nº 13.146/2015 exige o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), a ampliação e a descentralização dos atendimentos e o investimento na formação específica e continuada de profissionais. A garantia desses direitos não pode depender exclusivamente dos esforços individuais ou da capacidade econômica das famílias, mas deve constituir responsabilidade permanente do Estado e da sociedade.

Outra contribuição deste estudo refere-se ao reconhecimento dos saberes produzidos nas experiências maternas. A busca por informações, a construção de redes de apoio, o compartilhamento de vivências com outras famílias e o ingresso na pesquisa acadêmica evidenciam que os conhecimentos construídos no cotidiano podem ultrapassar a dimensão privada e adquirir relevância social, educativa e científica. Em diálogo com Bondía (2002) e com o pensamento contracolonial de Santos (2023), reafirma-se a necessidade de questionar as hierarquias que deslegitimam determinados conhecimentos e de reconhecer as mães atípicas como sujeitos de autoria e produção científica.

Por fim, este texto constitui um convite às mães atípicas para que reconheçam, fortaleçam e compartilhem os conhecimentos construídos em suas trajetórias, ampliando sua participação nos espaços de investigação e produção científica. Não se trata de conceder legitimidade a experiências que já possuem valor, mas de questionar as estruturas que historicamente restringem seu reconhecimento no campo acadêmico. Assim, a passagem do luto à luta representa não apenas a ressignificação de uma experiência materna, mas a

possibilidade de transformar saberes vividos em conhecimentos compartilhados e socialmente relevantes.

Que a luta pela inclusão não seja uma responsabilidade solitária das famílias e que o acesso ao cuidado, à educação, ao desenvolvimento e à participação social não constitua privilégio de poucos, mas um direito efetivamente assegurado a todas as pessoas autistas. Afinal, a inclusão não pode depender da capacidade de luta de cada mãe, pai ou responsável, mas do compromisso coletivo com a dignidade humana, a justiça social e a garantia de direitos.

Palavras-chave: Inclusão, Maternidade, Direitos, Autismo, Orientação Parental.

REFERÊNCIAS

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Cleonice Alves (org.). **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 21-39.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. S47-S53, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500007.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

CHENG, Wai Man; SMITH, Timothy B.; BUTLER, Marshall; TAYLOR, Tina M.; CLAYTON, Devan. Effects of parent-implemented interventions on outcomes of children

with autism: a meta-analysis. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 53, n. 11, p. 4147-4163, 2023. DOI: https://doi.org/10.1007/s10803-022-05688-8.

FRANCO, Maria Helena Pereira. **O luto no século 21: uma compreensão abrangente do fenômeno**. São Paulo: Summus, 2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (org.**). Escola e diferença: caminhos para educação bilíngue de surdos**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Caregiver skills training for families of children with developmental delays or disabilities: introduction**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240048836. Acesso em: 28 out. 2026.

SANDBANK, Micheal; PUSTEJOVSKY, James E.; BOTTEMA-BEUTEL, Kristen; CALDWELL, Nicolette; FELDMAN, Jacob I.; LAPOINT, Shannon Crowley; WOYNAROSKI, Tiffany. Determining associations between intervention amount and outcomes for young autistic children: a meta-analysis. **JAMA Pediatrics**, v. 178, n. 8, p. 763-773, 2024. DOI: https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2024.1832.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

SCHMIDT, Carlo (org.). **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2014.

SMEHA, Luciane Najar; CEZAR, Pâmela Kurtz. A vivência da maternidade de mães de crianças com autismo**. Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 43-50, jan./mar. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000100006.